

VIA TEOLÓGICA

Volume 26 – Número 52 – dez./2025
ISSN 2526-4303

28 TESES SOBRE SALVAÇÃO: BREVE TRATADO DA SOTERIOLOGIA

28 THESES ON SALVATION: A BRIEF TREATISE ON
SOTERIOLOGY

Me. Álvaro Martins Santos Júnior



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

28 TESES SOBRE SALVAÇÃO: BREVE TRATADO DA SOTERIOLOGIA

28 THESES ON SALVATION: A BRIEF TREATISE ON SOTERIOLOGY

Me. Álvaro Martins Santos Júnior¹

¹ Mestre em Teologia pela EST, coordenador de ensino na Igreja Batista Vilas do Atlântico e idealizador do programa de Teologia Sistemática da FBB. E-mail: alvinhojunior2009@gmail.com

RESUMO

O artigo é uma edição crítica sobre as questões mais controversas a respeito da doutrina da salvação. Entre as tradições Católica, iniciando-se nos Pais da Igreja e em posterior concílios, Calvinista e Arminiana, vemos algumas questões importantes as serem debatidas, tais como: depravação total ou parcial depois do pecado original, situação da salvação das crianças, perda da salvação, eleição, livre-arbítrio, meios salvíficos, sinergismo, monergismo, entre outras coisas. Sabemos ser mais que milenar a tentativa de discutir, mas nem tanto de conciliar as visões. Cada tradição trouxe sua contribuição para essa parte da teologia sistemática (a soteriologia), o que torna cabível uma tentativa de desenvolver uma visão eclética, buscando ter como meio de sustentação a reflexão teológica, valendo-se da concatenação das ideias, bases escriturísticas e da tradição além da lógica propriamente dita.

PALAVRAS-CHAVE:

Teologia. Soteriologia. Catolicismo. Calvinismo. Arminianismo.

ABSTRACT

The article is a critical edition addressing the most controversial issues regarding the doctrine of salvation. Among the Catholic tradition, beginning with the Church Fathers and subsequent councils, the Calvinist, and the Arminian traditions, we encounter significant topics for debate, such as: total or partial depravity after original sin, the state of children's salvation, the loss of salvation, election, free will, salvific means, synergism, monergism, among other matters. The attempt to discuss these issues, though not always to reconcile the differing views, has been ongoing for over a millennium. Each tradition has contributed to this branch of systematic theology (soteriology), making it fitting to attempt the development of an eclectic perspective. This effort seeks to be grounded in theological reflection, drawing from the concatenation of ideas, scriptural foundations, tradition, and logical reasoning.

KEYWORDS:

Theology. Soteriology. Catholicism. Calvinism. Arminianism.

1. A CONDIÇÃO DEPRAVADA DO HOMEM E A AMPLITUDE DO PERDÃO DIVINO

1. O homem nasce morto espiritualmente e desviado de Deus, mas não completamente desprovido da Sua semelhança. A expressão das artes na busca pelo belo ou como espelho do sublime² é prova da continuidade da centelha divina no homem, independente da percepção dele sobre a essência da graça que o faz assim. Deste modo, um morto espiritualmente, mesmo em delitos como diz a Escritura (Ef 2.1), não é necessariamente incapaz de produzir bem, nem até o divino, somente nada do bem ou do divino que o homem produza ou manifeste, colaborará para sua salvação³.

2. O caminho da salvação não nos é oculto. Quando a Escritura diz “As coisas ocultas são para Deus [...]” (Dt 29.29) ou o apóstolo fala que os juízos de Deus são insondáveis (Rm 11.33-36), isto não guarda qualquer relação com a questão de como Deus encaminharia os homens para a salvação ou para perdição. O modo pelo qual devamos ser salvos não está oculto, assim como o critério que Deus utiliza para salvar. O que cremos para a salvação é no sacrifício vicário de Jesus e na sua identidade de Filho de Deus, como diz a Escritura (Mt 16.16), e o critério que Deus usa para salvar é a Sua presciência: seu conhecer onisciente do futuro, como também diz a Escritura (Rm 8.29).

3. Cristo morreu por todos os homens, ama a todos indistintamente e não odeia ninguém⁴. Deus é ontologicamente⁵ bom (Sl 1005). Em seu ser não habita nenhum mau intento, embora sua pedagogia para ensinar os que o amam e para revelação da sua grandeza inclua a permissão de males ou tragédias, como diz a Escritura! (Is 457). “Deus amou o mundo”, como também diz a Escritura (Jo 3.16), e de maneira absolutamente radical e ampla. Este amor revelado no envio de Jesus oportunizou a todos a salvação e a vida eterna. Contudo, somente se apropriam delas os que creem (Jo 1.12).

2. MEIOS PARA A SALVAÇÃO

4. A fé não é dom de Deus, mas a salvação, como diz a Escritura (Ef 2.8-9). A resposta para a pergunta: “quem será salvo?” é mistério e juízo de Deus, mas o fenômeno como se dá a salvação não está oculto: é “pela graça mediante a fé”. Esta salvação é dom de Deus, o qual é o próprio Jesus: o unigênito do Pai, dádiva [dom] de Deus para o mundo.

2 O sublime, segundo Schopenhauer, é uma experiência que ocorre quando o sujeito contempla algo que inicialmente desperta medo ou desconforto, mas que, ao ser compreendido na sua totalidade, o leva a uma elevação espiritual, uma transcendência do estado comum de existência. Assim diz: “[...] o sublime ocorre quando a mente é sobrecarregada pela magnitude ou poder da natureza, ainda que consiga se elevar acima dessa sensação de ameaça, levando o sujeito a uma forma de exaltação espiritual” (Schopenhauer, 2005, Livro III, § 39, p. 294-298).

3 Abraham Kuyper, teólogo calvinista, acreditava que a imagem de Deus no homem não foi completamente destruída pelo pecado, e que a criatividade humana, incluindo as artes, ainda pode refletir essa imagem, mesmo em pessoas não regeneradas. Kuyper afirma: “A graça comum de Deus permite que os seres humanos, mesmo em seu estado caído, ainda retenham uma medida de Sua imagem, visível na criatividade humana, incluindo na arte e na cultura. Embora isso não contribua para a salvação, reflete a imagem divina na humanidade” (Kuyper, 1931, p. 142-145).

4 João Calvino afirma que Deus odeia os réprobos e que esse ódio é justo, pois eles estão privados da graça regeneradora do Espírito Santo, o que os leva a continuar em suas obras más. A reprovação é parte do justo decreto de Deus, e o ódio divino é uma expressão de sua justiça. O ódio de Deus se dá pelos pecadores que estariam pré-ordenados ao inferno. Assim ele atesta: “Pois todos os réprobos são odiados por Deus, e com justa razão, visto que, privados de seu Espírito, não podem fazer senão obras más e necessariamente provocam sua ira” (Calvino, 2006, p. 946).

5 Ontológico tem a ver com o ser, o ser de Deus, sua identidade é boa, Deus é o bem supremo.

5. O desenvolvimento da salvação inicia-se através de pública confissão de fé (Rm 10,9-10), mas ninguém enxerga o coração senão Deus. Assim, se o fenômeno de fato aconteceu, é mistério e da análise íntima do criador. Ele conferirá o recebimento e selo real da graça no coração, julgará todos os homens a partir da medida da fé e também retribuirá a cada um segundo as obras, como diz a Escritura (Rm 2.6).

6. A confissão pública é um sinal externo para aquilo que deve ter acontecido no coração. Batismo é a confirmação da conversão demonstrada pela obediência, comum dos regenerados pela graça. A salvação é um dom de Deus, do qual nos apropriamos por intermédio da fé. O Batismo é o ato “apropriatório” da salvação, posto que “quem crer e for batizado será salvo”, como diz a Escritura. É um símbolo, mas também é ato no qual a obediência se concretiza e por fé nos salva. A ausência do batismo não nos condena, pois o que “não crer será condenado”, como também diz a Escritura (Mc 16.16), omitindo, nesta parte, o batismo, propositalmente.

7. O “pacote” da salvação inclui processos instantâneos, graduais e outros que dependem exclusivamente da fé e da esperança. A regeneração do ser (novo nascimento), a remissão (purificação e perdão) dos pecados cometidos, a redenção (resgate) do mundo, a libertação do pecado original⁶, a conversão (mudança de direção e mente) para uma nova vida em Cristo, a justificação pela fé, que nos traz paz com Deus (Rm 5.1); tudo isto acontece de uma só vez com a aceitação do evangelho, com a apropriação pelo batismo e com o recebimento do Espírito Santo. A santificação é uma purificação do nosso mundanismo, como salienta a frase que atribuem a Wesley: “Enquanto na redenção somos retirados do mundo, na santificação o mundo é retirado de nós”.⁷ A santificação também é o processo pelo qual nossa vida, como um espelho, é “polida” para refletir a luz de Cristo. A glorificação é uma experiência futura baseada em pura fé e esperança na manifestação de Jesus Cristo em sua volta.

8. A glorificação, que implica em transmutação do nosso corpo, é ato exclusivo de Deus, é consensualmente monergista⁸, enquanto a conversão é, em parte, sinergista⁹. Por tudo isto não há que se falar em monergismo ou sinergismo sem que se especifique de qual parte do “pacote” da salvação está-se tratando. Ainda que se defenda que o processo inicial seja monergista como no calvinismo, teria que se admitir que, após a sua regeneração espiritual, o homem torna-se um ser com vontade (agora ativa), estando em Cristo, como disse o próprio Calvino (2006, p. 160-162). Se o espírito do homem é vivificado e suas ações potencializadas, sua pureza e profundidade espirituais serão também garantidas por disciplina, persistência e “força”, não somente por obra e graça de Deus.

6 Pecado fundamental passado a todos os homens através de Adão, que os inclina para o mal e que os faz carecer da graça para a salvação. A Doutrina do Pecado Original foi amplamente defendida por Agostinho nas obras “As Confissões” e “Cidade de Deus”.

7 A frase “Enquanto na redenção somos retirados do mundo, na santificação o mundo é retirado de nós” é amplamente atribuída a John Wesley em diversos contextos teológicos, mas ela não aparece de forma literal em suas obras. Wesley, contudo, expôs ideias semelhantes em suas pregações e escritos sobre a santificação e a justificação.

Uma frase que se aproxima do mesmo conceito pode ser encontrada em seu sermão “A Circuncisão do Coração”: “É assim que esperamos pela santificação completa; por uma salvação plena de todos os nossos pecados – do orgulho, da vontade própria, da raiva, da incredulidade; ou, como o apóstolo expressa, ‘prosseguir para a perfeição’” (Wesley, 1812, p. 240-245).

8 Monergismo entende-se teologicamente como operação da salvação como obra exclusiva de Deus.

9 Sinergismo entende-se teologicamente como obra da salvação compartilhada entre Deus e o homem, ainda que a participação do homem seja muito pequena.

3. MONERGISMO E SINERGISMO

9. As partes monergísticas do “pacote” inicial da salvação são: a regeneração, a remissão, a justificação e a redenção, garantidas pela obra de Cristo; a sinergia se dá no processo do arrependimento dos pecados e da antiga vida (antes da conversão), na própria conversão e no ajuste da mente e do coração aos propósitos de Deus no processo de santificação. Para se arrepender dos pecados, é certo que o indivíduo precisa ter ciência revelada da distância de Deus, isto é monergia. Mas isto precisa acontecer no tempo em que sua cognição está madura para abraçar a revelação. Além disto, o indivíduo precisa querer resolver a situação da sua alma e compreender isto como algo prioritário: tudo isto implica em sinergia. Para se converter, ele precisa pró-ativamente mudar de rumo, tomar a atitude de confessar com a boca, depositar a sua confiança na palavra que remexeu seu coração. Posteriormente, na caminhada, é preciso que ele busque a Deus, priorize a vida espiritual, aplique-se na leitura bíblica, nas orações, na confissão de pecados e no serviço do Reino; para que ele experimente a plenitude da vida em Cristo e assim ser salvo do ritmo do mundo, de ser tragado pela iniquidade ou pela frieza dos últimos dias. Claro que tudo isso depende também da ação contínua de Deus capacitando-o para toda boa obra, como diz a Escritura (Fp 2.12-15).

10. A fé não tem qualidade, tem somente tamanho, segundo a Escritura (Mt 15.28). Fé é depósito ativo que opera tanto para a salvação como para a santificação. É sinergia porque é ação de depositar. Tal ação é do homem, embora impulsionada pela revelação da vontade de Deus.

11. A Escritura demonstra escatologicamente a sinergia. Ao passo que o jardim é projeto de Deus (Gn 2.8), a cidade é projeto dos homens, inclusive estabelecido por um humano assassino: Caim, que deu o nome de seu filho à primeira cidade (Gn 4.16-17). A Nova Jerusalém é cidade-jardim, ou seja, projeto conjugado, ou projeto de inclusão do elemento humano, na consumação dos séculos. A habitação permanente será a sinergia consumada como ideal de Deus, que virá habitar entre os homens, depois de já tê-los habitado na interioridade (Jo 14.23). A própria Escritura é projeto conjugado entre a inspiração divina e a instrumentalidade humana (2Pe 1.20-21). Cristo, o verbo encarnado, é prova do ideal humano-divino. Embora a união hipostática¹⁰ seja um mistério, não há dúvida de que se trata de uma perfeição apresentada na forma da sinergia, assim como na Escritura. Portanto, o elemento humano não é necessariamente sinal do depravado, mas o pecado nele, que, mesmo o impedindo de ser salvo, não o anula como humano, nem é desprezível a Deus por ser humano, guardando parte da semelhança divina através da sua criatividade, considerada e abrigada por Deus.

4. GRAÇA, ELEIÇÃO E PERDIÇÃO ETERNA

12. A graça de Deus é acessível indistintamente mediante a fé, assim como a revelação da pessoa de Jesus Cristo. Quem obscurece o caminho do ímpio é o diabo, “deus deste século”, como diz a Escritura (2 Co 4.4), mas a palavra do testemunho faz a luz brilhar. O caminho largo e o caminho estreito podem estar claros a qualquer um, eleito ou não, pela revelação; não sendo inevitável que o homem diga sim para o caminho estreito, somente por lhe ter sido revelados os dois. O pecador agarra o destino da graça com amor recíproco, entrando pela porta da fé, a qual é Jesus Cristo, e seguindo também por Ele: caminho, verdade

¹⁰ União hipostática é a doutrina que trata da dupla natureza de Cristo. Apolinário de Laodicéia é o primeiro representante dela. Segundo a doutrina, Jesus seria totalmente homem e totalmente Deus, substancialmente e ao mesmo tempo.

e vida, como diz a Escritura (Jo 14.6). O aceite da salvação é inicialmente obra do Espírito revelador que mostra os dois caminhos e os dois destinos; posteriormente, é papel de cada ser humano, com seu livre-arbítrio¹¹, calcular, para a devida responsabilização e juízo de Deus, qual rumo tomar, “negando-se a si mesmo e tomando a sua cruz”, ou rejeitando a verdade por amor ao mundo e aos próprios desejos.

13. A eleição para a salvação acontece em Cristo, como diz a Escritura: “nos elegeu nEle” (Ef 1.4), assim como a regeneração, como também diz: “quem está em Cristo é nova criação” (2 Co 5.17). Eleição se concretiza com a permanência em Cristo até o fim da vida, que depende de persistir em continuar no caminho. Eleitos o são pelo critério da presciência divina, que anteviu, “de antemão conheceu” (Rm 8.29), ou como disse explicitamente Pedro: “eleitos conforme a presciência” (1Pe 1.2). Eleitos não são os escolhidos não chamados dentre os pobres e gentios da parábola (das Bodas em Mt 22.1-14), diferentes dos ricos judeus que fazem parte do grande convite inicial de Jesus que “veio para o que era seu”, ou seja, os judeus. Por óbvio, eleitos não têm exclusividade no chamado, como explicita também a parábola. Eles podem ser os escolhidos da “sobra social” dos que abraçam o evangelho e esta condição (de escolhidos) depende tanto do aceite quanto do convite. Eleitos são resultado da persistência em Cristo, que depende mais da ação divina que do braço humano. Mas a busca pessoal pelo poder de persistir, oferecido por Deus, também é fundamental.

14. O inferno foi “preparado para o diabo e seus anjos”, como diz a Escritura (Mt 25.41). Os vasos de desonra não foram preparados desde sempre para a perdição (Rm 9.22). Por outro lado, o paraíso foi preparado de antemão, como diz a Escritura (Rm 9.23), para os eleitos, os vasos honrados persistentes que receberão a vida eterna. É, portanto, que no ideal de Deus é semelhante ao senso comum sobre o tema predestinação. Não se diz comumente que “Valdir é um predestinado”, sem concluir, por conseguinte, que Valdir tem um bom destino. Predestinado é para o bem, necessariamente. Não é à toa a ausência da palavra *προορίζω* – *proorízō* (predestinar) que não ocorre, em sequer um versículo, de forma negativa, ou seja, para

11 O preceito do livre-arbítrio humano conferido por Deus e continuado mesmo após o pecado, é consagrado desde os Pais da Igreja até os dias de hoje pela imensa maioria das confissões de fé do cristianismo, sendo questionado apenas, em parte, por Agostinho e incisivamente por reformadores protestantes. Embora Agostinho tenha sido canonizado, algumas de suas posições foram, tanto desconectadas dos Pais anteriores, quanto refutadas por concílios posteriores. Justino Mártir defende o livre-arbítrio humano como essencial para a justiça de Deus. Ele argumenta que, sem ele, não haveria mérito nem culpa nas ações humanas, pois o homem não seria responsável por suas escolhas, semelhante ao que disse Kant. Justino diz: “Deus, ao criar o homem, dotou-o de razão e livre-arbítrio, e de ambos o privaria se os homens fossem determinados a fazer o que é justo sem ter a liberdade de escolha. [...] Assim, nós, com liberdade de escolha, decidimos obedecer ou desobedecer a Ele” (Justino Mártir, 1948). Irineu, também defende veementemente o livre-arbítrio, enfatizando que Deus não força o homem a fazer o bem, mas dá-lhe a capacidade de escolher o bem ou o mal. Irineu argumenta que a justiça de Deus é baseada na liberdade que Ele concede ao homem, para que suas ações sejam moralmente significativas, dizendo: “Deus fez o homem livre desde o princípio, tendo em si mesmo o poder de escolha tanto do bem quanto do mal; e por essa causa, os que praticam o bem são dignos de louvor, e os que fazem o mal recebem a justa punição. Porque é próprio do homem que ele seja livre, com vontade, e tenha poder sobre si mesmo” (Irineu de Lyon, 1885). O Concílio de Arles realizado em 473 d.C., apenas 22 anos após o de Calcedônia, que definiu a questão da união hipostática de Cristo; foi uma das ocasiões em que a Igreja reafirmou sua posição sobre o livre-arbítrio humano, em oposição à visão mais determinista defendida por alguns seguidores de Agostinho, conhecidos como agostinianos extremos. Esses seguidores de Agostinho adotaram uma posição rigorosa em relação à predestinação e à incapacidade do ser humano de exercer seu livre-arbítrio sem a graça divina, uma visão que mais tarde influenciaria o pensamento de teólogos como João Calvino. O Concílio de Arles reafirmou o ensino tradicional da Igreja de que o homem possui livre-arbítrio, mesmo após a queda, e que este é compatível com a necessidade da graça divina para a salvação. Essa posição buscava evitar tanto o pelagianismo (que negava a necessidade da graça) quanto uma interpretação extrema das doutrinas agostinianas, que sugeria a anulação do livre-arbítrio. Portanto, afirma: “Se alguém disser que o homem, por força do destino, é levado ao mal, como afirmam os maniqueus, que seja anátema; se alguém disser que aqueles que se perdem não perdem por sua própria culpa, mas pela vontade de Deus, que seja anátema” (Concílio de Arles, 1957, Cânon 4).

condenação. Sendo assim, a predestinação não é dupla no plano original de Deus. Há que se entender que o destino infernal dos pecadores é resultado inevitável da rejeição do evangelho, não da vontade divina, que deseja amorosamente a salvação de todos os pecadores.¹²

15. Se há exclusiva ação e escolha divina tanto na promoção de salvar os homens como de obscurecer-lhes o caminho; Deus teria uma preferência geográfica pelo Ocidente e não somos responsáveis pelos povos não alcançados, mas o próprio Deus, que não os predestinou. Da mesma forma, quem não permanece na fé por escândalos, já que os escândalos são “inevitáveis” (Mt 18.7), entendendo-se como instrumentos contra os já reprovados, então os que promovem os escândalos seriam meros instrumentos de Deus na sua “vontade” intensa tanto de salvar como de obscurecer. Ao passo que tudo isto contradiz a Escritura, a qual explicita dizendo: Ele “quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade”; também, ao mesmo tempo, “diaboliza-se” Deus, já que, mais uma vez, podemos ressaltar o que diz a Palavra: “o deus deste século [o diabo] cegou o entendimento dos incrédulos...”. É explícito que o diabo, não Deus, é quem despista o não crente da fé.

5. PEDOBATISMO, DUPLA PREDESTINAÇÃO E LIVRE ARBÍTRIO

16. Crianças são ignorantes por ingenuidade. Delas Deus suscita o perfeito louvor (Mt 21.16) e também delas é o Reino dos Céus (Mt 19.14), como diz a Escritura. O pecado original segue a todos os homens como um código genético, contudo a presença do pecado não pode condenar por si só, mas a presença de uma consciência através da qual o pecado possa ser compreendido como tal. Sem meu contato com a Lei não existiria pecado para mim, como diz a Escritura. Portanto, crianças estão isentas de qualquer pena, inclusive e principalmente a imposta pelo pecado original, posto que na infância os atos praticados estão completamente desabilitados pela falta de acesso à consciência. Quando há razão e possibilidade de ativação da livre escolha, a pessoa pode também ser alvo da responsabilização do pecado que já habitava nela. O Batismo também, por conseguinte, deverá ser praticado após a infância, em um momento que não há só o pecado, mas a possibilidade da livre escolha pela presença da consciência, diferentemente do que ensina Agostinho.¹³

17. Uma dupla predestinação decretada de forma supralapsariana (antes da queda), ou infralapsariana (depois da queda) (ARMÍNIO, In BANGS, 1971, p. 334-341), implicaria necessariamente em crer na possibilidade de perdição de incapacitados e de crianças. Caso acredite-se, como é mais decente, em uma salvação das crianças, mas tente-se inferir uma anulação da livre escolha na idade adulta, passando a vigorar o decreto anterior divino; seria piedoso o absurdo de dizimar todas as crianças que existem, pois é melhor

12 Este preceito está de acordo com a conclusão católica do concílio de Trento sobre o assunto. O Concílio condenou a noção de que alguns seres humanos são predestinados ao mal e à condenação eterna sem levar em conta suas ações ou rejeições da graça de Deus. Isso reflete uma rejeição direta à teologia calvinista da predestinação, que foi considerada herética pelo Concílio, quando afirma: “Se alguém disser que a graça da justificação só se dá aos predestinados para a vida, e que os outros que são chamados são chamados, de fato, mas não recebem a graça, por estarem predestinados ao mal por um decreto divino: seja anátema” (Concílio de Trento, 1992).

13 Santo Agostinho defendeu o pedobatismo (batismo de crianças) como uma forma de remover o pecado original herdado de Adão. Ele argumentava que as crianças nascem sob o domínio do pecado e, por isso, precisam do batismo para a salvação, mesmo que ainda não tenham cometido pecados pessoais. Um trecho onde ele trata disso é na obra “De Peccatorum Meritis et Remissione” (Sobre os Méritos e o Perdão dos Pecados), onde Agostinho escreve: “De fato, as crianças, que ainda não podem imitar a Cristo, são, no entanto, trazidas ao batismo, não para serem transformadas, mas para serem libertadas do pecado. Porque, ‘exceto alguém que nasce de novo da água e do Espírito, não pode entrar no Reino de Deus’. [...] O pecado original é perdoado a elas por meio da regeneração no batismo” (Agostinho, 1958, Livro I, Capítulo 16, §21).

uma vida curta na Terra com a garantia de uma eternidade regalada, do que viver bem na Terra e correr o risco de não ser um predestinado, e experimentar a danação permanente.

18. Todo apelo e tentativa divina de persuadir os humanos a fazer o que é certo, presentes nas Escrituras, seriam contraditórias se tanto a salvação como as ações humanas fossem fruto exclusivo do trabalho de Deus, sem a participação dos homens (Lc 13.24).

19. O conceito de liberdade na livre escolha humana não está no âmbito da lógica, mas da moral (KANT, 2001, p. 529-533).¹⁴ Liberdade não existe logicamente, porque não há igual probabilidade para duas escolhas (SCHOPENHAUER, 2005, p. 47-53)¹⁵ assim como não há ausência de influência em quaisquer decisões. Tudo está submetido a alguma influência. Em tal sentido, a salvação também não operaria em condição de liberdade do homem, pois o próprio Espírito de Deus é influenciador na revelação do evangelho e da circunstância de pecado. Portanto, não há racionalidade em se pressupor que o homem é livre para escolher Deus ou negá-lo porque é livre para fazê-lo, somente pela moralidade. É assim que torna-se necessário pressupor que o homem é livre, de algum modo ou até minimamente, porque ele é responsabilizado (KANT, 2003, p. 87-90)¹⁶ por Deus pelos seus atos. Ademais, teologicamente não faria sentido o homem ter conhecido o bem e o mal sem que houvesse a mínima possibilidade de escolher entre um e outro ou acessar algum nível de consciência para estabelecer socialmente algum modo de ordem e correção, típicos do ser divino. Quando Paulo diz “o mal que não quero, eu faço” (Rm 7.18-21), revela que seus membros no pecado são incompetentes, mas também revela que o senso de moralidade já habita em seu querer, ou seja, tem-se desejo de agradar, ainda que os membros ainda não obedeçam, pois precisam ser capacitados por Deus através da regeneração. Outrossim, pressupõe-se que o ser pode ser responsabilizado no pecado porque é consciente mesmo nele do certo e do errado, então é livre, não por lógica, mas pela sua moralidade intrínseca.

6. SALVAÇÃO PELAS OBRAS E SOBERANIA DIVINA

20. As obras dos homens não garantem a salvação destes, até porque as obras são “trapos imundos” (Is 64.6), como diz a Escritura, mas homens podem ser notados e admirados por Deus pelo coração com que tais obras são realizadas, como aconteceu com Cornélio. Não foi pelas obras que Cornélio foi salvo, necessitando que Pedro lhe pregasse o evangelho, contudo “os trapos” que Cornélio vestiu sensibilizaram Deus (At 10.31), a ponto de voltar o Seu olhar para o homem.

21. A soberania divina se mostra na Bíblia, análoga em partes, e superior, na maioria das vezes, à dos antigos soberanos reis da Terra. Deus está acima dos reinos e poderes (Jo 3.33) e seus planos não podem ser frustrados, como diz a Escritura. Deus estabeleceu o modo como a natureza opera, como a história se inicia,

¹⁴ Kant discute a “Antinomia da Liberdade” e argumenta que, do ponto de vista da razão teórica (ou especulativa), o conceito de liberdade parece contraditório, pois os eventos no mundo fenomenal seguem as leis de causa e efeito. No entanto, ele afirma que a liberdade é um pressuposto necessário para a moralidade, que pertence ao campo da razão prática.

¹⁵ Schopenhauer argumenta que, embora pareça que temos liberdade para escolher entre diferentes opções, na realidade, nossas escolhas são determinadas pela nossa natureza interna e pelas influências externas. Ele defende que, ao nos depararmos com duas alternativas, não podemos escolher entre elas com o mesmo grau de possibilidade, pois sempre há um motivo que determinará a escolha. Segundo ele, a liberdade absoluta é uma ilusão.

¹⁶ Kant argumenta que a liberdade da vontade é uma condição necessária para a moralidade. Ele afirma que, para que uma ação seja considerada moralmente boa ou má, o agente deve ser livre para escolher entre agir conforme o dever ou não. A responsabilidade moral depende da existência dessa liberdade.

transcorre e se finda; estabeleceu o modo como os homens se salvam e obtêm a vida eterna, do mesmo modo lhes adverte para as consequências terríveis da rejeição aos Seus preceitos e ao Seu evangelho. Contudo, a soberania não é ferida de morte somente por Deus conferir livre-arbítrio aos seres criados, sem o qual não poderia responsabilizá-los por suas ações. Tal atributo humano, se negado, seria vantajoso, em certos aspectos. O homem não teria de se esforçar na busca de Deus para santificar-se e o Reino não seria “tomado à força”, como diz a Escritura; ao mesmo tempo, se o indivíduo já estiver antes reprovado por Deus, poderá viver dissolutamente, sem responsabilidade moral, gastando-se em benefício próprio ou ao bel prazer.

22. A existência do mal deu-se invariavelmente fora de Deus, que é bom em essência (Sl 25.8). Para haver um intento diferente fora de Deus, precisa haver uma vontade independente dele. Tenha sido o mal nascido somente como conceito e não em ação, pouco importa, pois a execução do mal dependeria de alguém que o quisesse praticá-lo e este alguém não poderia ser Deus nem isto poderia ser de acordo com seu desejo, sempre bom e agradável; assim é necessário que haja escolha livre, tanto da influência como da vontade de Deus, para que o mal exista e vice versa.

7. AUTONEGAÇÃO E SANTIDADE

23. A auto-negação proposta por Jesus, bem como a tomada diária da cruz individual (Lc 9.23), é o convite de Deus para a santificação, e tal expectativa de que o homem aja com abnegação e sujeição, é sinal de que Deus espera uma participação humana tanto na sua salvação como no seu processo de santificação.

24. Se o compromisso com a santidade é condição indispensável para se ver Deus, e seguir a paz com todos é tão essencial também, como diz a Escritura (Hb 12.44), significa que o resultado pleno da salvação, isto é, a vida eterna em Cristo, é garantida tanto por um exercício de desenvolvimento pessoal quanto de prática relacional. Um seguidor de Jesus que busca uma vida separada do mundo, nunca poderá se “separar” suficientemente ao ponto de “sair do mundo”, como disse Jesus na oração: “não peço que os tires do mundo” (Jo 17.15) ... Para seguir a paz com todos, é necessário que a operação desta salvação se reflita na convivência proativa com os humanos, na busca pela concórdia com eles e na promoção da conciliação entre eles, pois “os pacificadores serão chamados filhos de Deus”, como diz a Escritura (Mt 5.9). Outrossim, a santidade bíblica é uma santidade relacional como a de Jesus, não esotérica, como dos mestres do extremo oriente. É esta que nos encaminha à eternidade.

25. A santificação é um misto de busca pessoal, ao preferirmos colocar em “primeiro o Reino de Deus” (Mt 6.33), e também um trabalho capacitador do Espírito Santo: fogo purificador. A relação de participação humana não implica em mérito algum deste, porque pode-se usufruir e participar de inúmeras coisas sem necessariamente ter um mérito naquilo. Outrossim, Deus não perde a sua condição de Supremo e Soberano pelo fato de ter concedido ao homem co-participação em sua salvação ou santificação. Não há relação de uma coisa com a outra.

8. A POSSIBILIDADE DO ABANDONO DA FÉ

26. Apostasia é uma condição rara que cada dia mais se tornará comum pela multiplicação da iniquidade e conseqüente esfriamento do amor, como prediz as Escrituras (Mt 24.12). Apostasia define-se

etimologicamente por uma ação explícita de abandono da fé.¹⁷ Não pode existir apostasia de uma fé que nunca existiu e também seria criativamente sádico atribuir a Deus o trabalho de iludir temporariamente quem ele já reprovou, somente para que o sujeito sinta um pequeno calor da graça e tenha depois sua mente intencionalmente cauterizada para perder-se, como pressupõe a doutrina da graça temporária (CALVINO, 2006, p. 350-353).¹⁸ Por isto, a existência da apostasia, mesmo rara, é, além de mais uma prova bíblica do livre arbítrio, um atestado da possibilidade deste livre arbítrio, se mal utilizado, conduzir o homem à sua própria ruína.

27. O sangue de Cristo derramado para todo homem não implica em desperdício somente por causa dos que rejeitarão a fé. Deus pode ser rejeitado, como foi tantas vezes por seu povo, e o continuou amando. O amor de Deus não está condicionado ao amor humano, nem se arrefece pela rejeição. Ele é incondicional e pleno. Deus nos amou ainda quando éramos pecadores, como diz a Escritura (Rm 5.8), e isto é prova da imensidão da Sua graça. Se ele ama o pecador antes dele ser salvo, não ama somente porque ele será alvo da graça, mas porque Deus é amor (1 Jo 4.7-8) e porque ama a sua criação, em especial, o ser humano. Como ele amaria a parte inanimada da sua criação, incapaz de correspondê-lo, e odiaria sua criação viva, que ainda carrega sua imagem? Amaria Deus uma pedra e odiaria o homem? De forma alguma!

28. Rejeição a Deus é pecado contra o Espírito Santo. Ouvir a voz do Espírito é algo que amolece o coração do homem para a salvação. O resistir pode causar enrijecimento e apagar da chama, com risco de apostasia (Hb 3.7-8). Amar e corresponder a Deus, ainda que tal correspondência seja sempre insuficiente, devem ser os alvos de todos para a promoção da santificação. Descaso ou displicência, preguiça ou falta de persistência, são atos pecaminosos contra os males carnis que ainda nos assaltam por estarmos no mundo. Nisto está a operação da nossa salvação em conjunto com o querer e o efetuar de Deus, como diz a Escritura (Fp 2.12-13).

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Obras de Santo Agostinho*. Tradução e Notas de J. Moura. Lisboa: Editorial Aster, 1958.

CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

Concílio de Arles (473). *Cânones do Concílio de Arles*. In: Denzinger, Heinrich. *Enchiridion Symbolorum et Definitionum*. Freiburg: Herder, 1957.

Concílio de Trento. *Decreto sobre a Justificação* (Sessão VI, Cânon 17). In: *Documentos de Trento*. Tradução e Notas de Vidigal de Carvalho. São Paulo: Paulus, 1992.

IRINEU DE LYON. *Contra as Heresias* (*Adversus Haereses*), Livro IV, Capítulo 37, §1. In: *The Ante-Nicene Fathers*. Editado por Alexander Roberts e James Donaldson. Nova York: Christian Literature, 1885.

JUSTINO MÁRTIR. *Primeira Apologia*. Capítulo 43. In: *The Fathers of the Church*. Traduzido por Thomas

¹⁷ ἀφίστημι - Abandonar, afastar-se, retroceder. Léxico Grego.

¹⁸ Calvino explica que existem pessoas que recebem uma “graça temporária”, experimentando os dons espirituais de forma passageira, mas que, no final, não perseveram. Ele utiliza exemplos bíblicos, como Judas, para ilustrar essa ideia e afirma que essa graça não leva à salvação, diferenciando-a da graça eficaz concedida aos eleitos.

B. Falls. Washington Catholic University of America, 1948.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden e Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Centauro, 2003.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Jaimir Conte. São Paulo: Centauro, 2001.

KUYPER, Abraham. *Lectures on Calvinism*. Grand Rapids: Eerdmans, 1931.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e Representação* (Vol. 1). Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a liberdade da vontade*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WESLEY, John. *Sermons on Several Occasions*. London: Thomas Cordeux, 1812, Sermon 17, The Circumcision of the Heart, p. 240-245.